Carta dos povos indígenas presentes na Plenária Indígena do 12° Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado de 20 a 23 de novembro de 2023, no Rio de Janeiro – RJ

GT de Povos Indígenas da Articulação Nacional de Agroecologia

Os processos históricos de construção da agroecologia enquanto movimento no Brasil são baseados em saberes e práticas de manejo tradicionais dos povos originários. Ao mesmo tempo, a nossa presença foi incipiente nesses processos de construção.

No entanto, na última década, temos estado mais presentes no campo do debate e da inserção política nos Encontros Nacionais de Agroecologia - ENA (Juazeiro e Belo Horizonte) e nos Congressos Brasileiros de Agroecologia - CBA (Belém, Brasília e Aracajú), os quais envolveram centenas de lideranças e dezenas de povos indígenas de todos os biomas do país. Nessas oportunidades, buscamos estratégias organizativas que contribuíssem com a agricultura ancestral dos povos indígenas como ferramenta de enfrentamento ao genocídio indígena no Brasil. Esse projeto colonialista, que remonta ao século dezesseis, continua a fazer investidas sistemáticas de extermínio, a nós povos indígenas, evidenciadas pelos projetos de leis que tramitam nas três instâncias do Estado Brasileiro.

Após seis anos de retrocessos na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), no Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e na própria Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que foi sucateada na gestão do governo anti-indígena, atualmente vivemos um momento de reconstrução deste cenário, a partir da retomada da democracia brasileira, da criação do inédito Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da crescente ocupação das instituições governamentais (em todas as esferas de poder) por profissionais indígenas, oriundos do movimento indígena.

No dia 22 de novembro de 2023, planejada e executada pelo grupo de trabalho GT de Povos Indígenas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Plenária Indígena do 12° CBA reuniu 48 povos indígenas brasileiros (Kariri-Xokó, Terena, Tingui-Botó, Pataxó, Xucuru, Atikum, Puri, Tupinambá, Guarani Mbyá, Borari, Guerém, Guajajara, Xerente, Krahô, Bakairi, Wapichana, Kaingang, Yanomami, Macuxi, Shanenawa, Parakanã, Tremembé, Kinikinau, Apinajé, Pankararu, Geripancó, Ikpeng, Avá-canoeiro, Apurinã, Goitacá, Kariri, Payayá, Kapinawá, Karuazú, Koiupanká, Xavante, Mura, Potiguara, Sateré-maué, Ashaninka, Kaxinawá, Tumbalalá) os quais, além de reiterarem a importância da participação indígena nesse espaço e nos demais que envolvem a agenda agroecológica, deliberaram ser necessário:

1. A contratação de duas assessorias para monitoramento e acompanhamento das atividades do GT de Povos Indígenas da ANA;

2. Que a Agroecologia seja uma diretriz institucional do MPI e FUNAI, bem como dos demais órgãos e instituições responsáveis pela execução das políticas indigenistas, em todas as instâncias governamentais;

3. Orçamento para o MPI e para a FUNAI apoiarem ações de promoção da agroecologia indígena, bem como para os demais órgãos e instituições responsáveis pela execução das políticas indigenistas, como a PNGATI e demais políticas públicas;

4. Que os Municípios, os Estados e a União garantam recursos para a implementação da PNGATI;

5. A democratização dos espaços consultivos, deliberativos e de construção de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, em especial no âmbito da agroecologia, de modo que tais espaços sejam ocupados por indígenas que efetivamente venham construindo agroecologia nos territórios indígenas;

6. Que as instituições bancárias disponibilizem linhas de crédito para iniciativas agroecológicas indígenas;

7. Que o MPI e a Funai criem chamadas públicas para associações indígenas com foco em agroecologia em todos os âmbitos (saúde, educação, etnodesenvolvimento, gestão ambiental e proteção territorial);

8. A construção de normativas e demais encaminhamentos necessários para uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para povos indígenas, de modo a considerar os conhecimentos e saberes tradicionais, bem como, possibilitar e fomentar a atuação neste espaço de equipe multidisciplinar formada preferencialmente por profissionais indígenas;

9. O acesso aos programas governamentais de aquisição de alimentos (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) às comunidades indígenas produtoras de alimentos, no sentido de possibilitar o escoamento da produção das aldeias indígenas;

10. Promover e assegurar a realização do primeiro Encontro Nacional de Agroecologia Indígena em 2024;

11. Que o MPI, a Funai e todos os demais órgãos responsáveis pela execução da PNGATI, em todas as instâncias governamentais, capacitem seus servidores em temas relacionados à agroecologia indígena e;

12. Que a Funai promova, através de suas Coordenações Gerais e Coordenações Regionais, intercâmbios e trocas de experiências entre os diferentes povos indígenas envolvidos em experiências agroecológicas;

Diante disso, conclamamos todas as instituições presentes no 12° Congresso Brasileiro de Agroecologia que se comprometam com as pautas fundamentais para o protagonismo, autonomia e soberania dos povos indígenas, e também com a continuidade da participação efetiva dos indígenas na construção dos espaços do movimento agroecológico.